



UFSM

Artigo Monográfico de Especialização

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE SURDOS EM UMA ESCOLA DE ENSINO
MÉDIO NO MUNICÍPIO DE GRAVATAÍ**

SILVANA TERESINHA SILVEIRA

GRAVATAÍ , RS, Brasil

2010

**TITULO: EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE SURDOS EM UMA ESCOLA DE
ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE GRAVATAÍ**

por

Silvana Teresinha Silveira

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Especial.**

**GRAVATAÍ, Brasil
2010**

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e
Educação de Surdos

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico de
Especialização

TITULO DO ARTIGO:

EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE SURDOS EM UMA ESCOLA DE ENSINO
MÉDIO NO MUNICÍPIO DE GRAVATAÍ

Elaborado por
Silvana Teresinha Silveira

como requisito parcial para obtenção do grau de

Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação
de Surdos

COMISSÃO EXAMINADORA:

Juliane Marschall Morgenstern. Ms.
(Presidente/Orientador)

Cinara Franco Rechico. Ms

Michele Quinhones Pereira. Ms

GRAVATAÍ, Brasil
2010

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	03
CAPÍTULO 1: CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO.....	05
1.1. Materialidade.....	05
1.2. Discutindo a presença do intérprete de Língua de Sinais no espaço inclusivo.....	06
CAPÍTULO 2: EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA SURDOS.....	10
2.1. Das questões legais ao cotidiano escolar.....	10
CONSIDERAÇÕES FINAIS	12
REFERÊNCIAS	14

RESUMO

Artigo de Especialização
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

TÍTULO DO ARTIGO: EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE SURDOS EM UMA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE GRAVATAÍ

AUTOR: SILVANA TERESINHA SILVEIRA
ORIENTADOR: JULIANE MARSCHALL MORGENSTERN
GRAVATAÍ, RS

Este trabalho procurou discutir a educação inclusiva de alunos surdos que freqüentam o Ensino Médio em uma Escola localizada no município de Gravataí. A proposta de inclusão dos alunos surdos surgiu a partir de uma proposta da Secretaria Municipal de Educação em resposta às famílias sobre a necessidade de os alunos continuarem os estudos no município, evitando com isso o deslocamento dos mesmos para a cidade de Porto Alegre ou Esteio.

A seguinte pesquisa não intencionou mostrar que a presença e atuação do intérprete de Língua de Sinais, é ou não garantia para que aconteça a inclusão dos alunos surdos. Esta pretendeu provocar inquietude com a falácia de que a presença exclusiva deste profissional, seja na sala de aula regular ou na sala de recursos, se apresenta como sendo a solução às dificuldades de aprendizagem encontradas pelos sujeitos surdos incluídos nas classes de ensino regular.

Palavras - chaves: Surdez, Intérprete, Inclusão.

APRESENTAÇÃO

No início do ano 2000 fui convidada a trabalhar na Escola Municipal de Ensino Fundamental Especial para Surdos, na cidade de Gravataí, como docente da disciplina de Ciências. Formada desde 1998 em Ciências Biológicas pela Universidade Luterana do Brasil – Canoas, iniciei meu trabalho na escola especial tendo concluído um curso de Libras no ano de 1992, que aconteceu por meio da Escola Especial Concórdia, em Porto Alegre.

Posteriormente realizei um Curso de Especialização em Educação Ambiental, porém, ao assumir a presidência do Conselho Escolar fui me aproximando mais das questões políticas que envolvem o campo da Educação Especial. Assumi com a comunidade escolar o compromisso de trabalhar por uma educação de qualidade, de modo buscar contemplar as particularidades e necessidades da comunidade surda. Em 2008 houve a oportunidade de fazer inscrição para o Curso de Especialização em Educação Especial pela Universidade Federal de Santa Maria, vindo ao encontro dos objetivos que tracei para esta nova etapa da minha vida profissional.

Também no ano de 2008 o Núcleo de Educação Especial da SMED de Gravataí organizou com a Escola Santa Rita um projeto de inclusão para alunos surdos em classe regular. Para tanto, a contratação de intérpretes fez-se necessária, bem como formação específica para os professores que iriam atuar com esta clientela. Formação que aborda questões que dizem respeito as peculiaridades e aprendizagem dos sujeitos surdos. Também houve contratação de professor de Libras para todos os primeiros anos do Ensino Médio.

Mesmo havendo uma Escola para Surdos no município de Gravataí, os cargos de instrutor surdo e de intérprete de Língua de Sinais não foram previstos no quadro funcional, portanto, sua contratação deu-se através de contratos temporários com professores concursados da rede municipal, que atuavam na Escola para Surdos e que também desempenhavam a função de intérpretes. Em 2009, embora houvesse uma sala de recursos com profissionais da área da surdez atuando, a formação de professores não continuou, e a contratação de intérpretes tornou-se

mais difícil. Nesse momento havia duas turmas com alunos surdos, sendo que uma turma de segundo ano do Ensino Médio não contava com aula de Libras.

Mesmo com as dificuldades encontradas por falta de intérpretes, professores sem formação para a sala de aula e profissionais para sala de recursos sem conhecimento específico, nenhum dos alunos foi reprovado. No ano de 2010, houve remanejamento de alguns profissionais da Escola para Surdos a fim de dar suporte ao projeto de inclusão e poder garantir minimamente a presença de intérpretes.

Ao falar da inclusão de pessoas com necessidades especiais, muito se vê e ouve a respeito das barreiras arquitetônicas, dos livros em código Braille, do desenvolvimento das crianças com síndrome de Down. Contudo, a questão dos usuários de outra língua tem sido lembrada como um detalhe a ser visto em turno contrário, ou mesmo resolvido com a presença de intérprete.

Reconhecida por força de lei e regulamentada por decreto, a Libras - Língua Brasileira de Sinais, língua materna dos surdos, tem sido usada na Escola em que se desenvolveu este estudo - Escola Municipal de Ensino Médio Santa Rita, apenas no espaço da sala de aula e por intérpretes.

Esta investigação tem a intenção de nos fazer refletir a respeito do trabalho desenvolvido com alunos surdos usuários da língua de sinais no espaço da escola citada, e também sobre a relação entre os atores envolvidos no processo de ensino aprendizagem. Diante dessas questões, procuro tecer um debate sobre:

- Quais representações circulam e constituem o processo de aprendizagem entre sujeito- aluno surdo e professor ouvinte?
- De que modo a presença de intérprete de libras no espaço da sala de aula regular tem possibilitado a inclusão de surdos no contexto atual?
- De que forma o sujeito surdo é localizado nesse espaço inclusivo?

Para promover a discussão levantada o seguinte estudo foi organizado em dois capítulos. O primeiro capítulo tratará das questões teóricas e dos estudos já feitos acerca do assunto trazendo o contexto educacional em que se deu a pesquisa. O segundo capítulo busca fazer uma reflexão sobre as questões políticas referentes à inclusão de alunos surdos.

CAPÍTULO 1: CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO

1.1. Materialidade

O interesse pelo aprofundamento das questões elencadas anteriormente motivou a presente pesquisa, que busca debater questões referentes a situações de inclusão vivenciadas no espaço escolar de uma Escola localizada no município de Gravataí. Para tanto, esta pesquisa se utilizou centralmente de depoimentos proferidos pelos intérpretes atuantes na Escola.

A Escola Municipal de Ensino Médio Santa Rita fica localizada em um bairro residencial da periferia da cidade de Gravataí, sendo a única Escola de Ensino Médio mantida pelo poder público Municipal. Contando com um contingente de 1.600 alunos e 110 professores, a escola funciona nos três turnos de trabalho, manhã, tarde e noite. Do total de alunos, 14 são surdos, - estudantes do noturno -, que contam com o trabalho de três intérpretes, os quais dividem o tempo em duas turmas, sendo uma do 2º ano com 8 alunos e uma turma do 3º ano com 6 alunos, ambas totalizando 30 alunos juntamente com os alunos surdos incluídos.

A entrevista com duas profissionais intérpretes deu-se em momentos distintos, fora do seu horário de trabalho com os alunos, através de questões semi-estruturadas. Ambas mostraram-se muito receptivas e de certa forma com vontade de relatar suas vivências e preocupações em relação ao processo de inclusão que está sendo desenvolvido na escola.

Percebe-se na fala das intérpretes o apontamento quanto à necessidade de que o professor assuma seu papel na relação com o aluno surdo. Desse modo, cabe ao professor corrigir, elogiar, conferir as produções, questionar, enfim, não podendo o intérprete assumir este papel. Porém, isto nem sempre é evidente e o professor parece delegar, em alguns momentos, a responsabilidade pela aprendizagem do aluno surdo ao intérprete.

No relato de ambas aparece também a falta de comprometimento da maioria dos professores com a aprendizagem dos alunos, não existindo nenhuma atenção individual. Pontua-se ainda o fato das intérpretes apresentarem dificuldades em

entender os assuntos trabalhados, não tendo nenhum espaço de troca entre estes profissionais e os professores das diferentes disciplinas.

Outro fator que preocupa diz respeito à falta de atendimento adequado na sala de recursos. Quando o projeto de inclusão na escola surgiu em 2008, haviam profissionais com conhecimento e fluência na língua de sinais que auxiliavam a aprendizagem dos alunos e faziam formação com os professores que atuavam com os mesmos. Atualmente, nenhuma orientação nem formação foram dadas aos professores em relação às especificidades que envolvem a educação de surdos.

Tais percepções não são diferentes por parte dos alunos surdos. Em diferentes momentos relatam às intérpretes seu descontentamento com a proposta pedagógica e a vontade de ter professores bilíngües.

Em função da realidade que vinha sendo evidenciada nesta Escola, para o ano letivo de 2010 não houve nenhuma matrícula de alunos surdos oriundos da Escola Especial e a clara manifestação dos mesmos e seus familiares em procurar uma Escola própria para Surdos.

1.2. Discutindo a presença do intérprete de Língua de Sinais no espaço inclusivo

Para a realização deste estudo, busco uma aproximação ao campo dos Estudos Culturais em Educação. Tal abordagem teórico-metodológica traz em suas produções os movimentos de grupos sociais que buscam se apropriar de instrumentos e de ferramentas conceituais que emergem de suas leituras do mundo, de modo a contribuir para a desnaturalização dos discursos de teorias e disciplinas instaladas no aparato escolar. Nesse sentido, seus estudos também se direcionam à ampliação e complexificação das discussões sobre identidade e diferença. (SOMMER, SILVEIRA E COSTA, 2003).

A partir do adentramento no referido aparato teórico, é possível entender que a cultura e as identidades surdas vão além do conhecimento da língua de sinais, da arte, do teatro e da poesia surda. Assim, a noção de luta, a necessidade de viver em grupo e a experiência do olhar são marcadores que nos permitem falar de

identidades surdas fundadas em uma alteridade e uma forma de ser surdo. (LOPES E VEIGA-NETO, 2006).

As políticas Nacionais de inclusão escolar tem por base a Lei de Diretrizes e Bases da Educação do Brasil (LDB, Lei 9394/1996), a qual que define a Educação Especial como modalidade escolar voltada ao atendimento de educandos “portadores de necessidades especiais”, preferencialmente na rede regular de ensino (Capítulo V, artigo 58). As políticas de inclusão escolar alocam seus objetivos na promoção da Educação para Todos, tendo como prisma o que seria um atendimento igualitário ofertado no espaço do Ensino regular.

Regulamentando a Lei Federal nº 10.436/2002, o decreto nº 5626 de 2005 trata da questão do tradutor intérprete de Libras, frisando que o poder público deve garantir o atendimento às necessidades especiais de alunos surdos, bem como a presença do intérprete em sala de aula. Contudo, vê-se que muitas vezes a função deste profissional tem sido confundida com a responsabilidade da docência.

No Brasil, pesquisas que tratam da atuação dos intérpretes de língua de sinais em sala de aula são escassas, e na maior parte das vezes em que é realizado, ainda nota-se um caráter experimental na projeção aos Estados e Municípios.

Ferreira (2002) em sua dissertação de mestrado relata a atividade de uma intérprete que acompanha um grupo de alunos surdos no Ensino Médio, em uma sala especial e aponta algumas dificuldades. Refere que muitos são os empecilhos enfrentados pelo intérprete. Dentre eles: a tarefa de posicionar-se entre duas línguas que exige um amplo conhecimento das línguas alvo; a constância dos improvisos utilizados, para poder possibilitar o acesso a informação, indicando a necessidade de se repensar os recursos pedagógicos empregados; a falta de conhecimento teórico do intérprete frente a algumas disciplinas, o que dificulta seu trabalho e a aprendizagem dos alunos; o reconhecimento de seu trabalho por parte dos alunos surdos, pois sem sua atenção e colaboração, o intérprete não consegue desempenhar sua tarefa adequadamente. E ainda, principalmente a clareza na definição de papéis, pois ele se vê obrigado a desempenhar tarefas que nem sempre lhe dizem respeito.

Com isso, pode-se pensar que a presença de um intérprete de língua de sinais em sala de aula do ensino regular não assegura que questões metodológicas sejam consideradas, ou que o currículo escolar sofra ajustes para contemplar peculiaridades e aspectos culturais da comunidade surda (LACERDA, 2000).

Em relação ao papel do intérprete em sala de aula, se verifica que ele assume uma série de funções (ensinar língua de sinais, atender a demandas pessoais dos alunos, cuidados com aparelho auditivo, atuar frente ao comportamento dos alunos, estabelecer uma posição adequada em sala de aula, atuar como educador diante das dificuldades de aprendizagem do aluno) que aproxima muito sua atuação ao papel exercido por um educador.

Quem sabe seria importante estabelecer uma relação de parceria entre educadores e intérpretes, propiciando uma atitude colaborativa em que cada um possa fazer sugestões ao outro, promovendo condições de aprendizagem para os alunos surdos.

Shaw e Jamieson (1997), contam que crianças surdas incluídas raramente se comunicam com seu professor, comunicando-se com muito mais freqüência com seu intérprete. Afirmam que no Canadá a inclusão cresce rapidamente e a demanda por intérpretes também. Contudo, poucos são os estudos sobre o impacto da presença e atuação dos intérpretes em sala de aula e sobre o modo como estes vem sendo significados discursivamente.

Os autores comentam que há uma participação diferenciada dos alunos surdos. Quando o professor pergunta algo para a classe os alunos surdos não participam igualmente, pois até que o intérprete faça a tradução da pergunta, algum aluno ouvinte já a respondeu. Quando ocorrem atividades que envolvem a visão e a audição de forma simultânea, muitas vezes o aluno surdo acaba perdendo partes da tarefa. Para os autores citados, a tradução encurta caminhos, indo diretamente ao conteúdo principal e ressaltam que a tradução focaliza conteúdos acadêmicos (não sendo traduzidas discussões entre pares, comentários irônicos, etc); atitudes estas que resultam numa certa forma de exclusão dos alunos surdos.

Além disso, a relação com o intérprete é na maior parte do tempo iniciada pelo próprio profissional, criando um modo de relacionar-se muito diferente daquele

construído pelos demais alunos que precisam esperar sua vez de se colocar e, às vezes, se impor para poder falar.

Como já foi dito, a presença do intérprete em sala de aula e o uso da língua de sinais não garantem que as condições específicas da surdez sejam contempladas e respeitadas nas atividades pedagógicas. Se a escola não atentar para a forma como tem se estabelecido a presença e atuação do intérprete de Libras no seu espaço escolar e preocupar-se com a dinâmica do currículo proposto, as práticas acadêmicas podem ser bastante inacessíveis aos alunos surdos, apesar da presença do intérprete.

CAPÍTULO 2: EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA SURDOS

2.1. Das questões legais ao cotidiano escolar

O Ministério da Educação – MEC no Brasil orienta a inserção das crianças surdas em salas de aula do sistema regular de ensino, quer no âmbito público ou privado, por meio do acompanhamento de um intérprete de Língua Brasileira de Sinais, como forma de atender às necessidades de comunicação e acesso ao conhecimento.

A presença de um intérprete de língua de sinais na sala de aula regular é um tema complexo, não havendo consenso entre os especialistas na área da educação de surdos sobre a adequação de seu papel nesse espaço acadêmico. Questiona-se, entre outros fatores que, ao optar exclusivamente pela atuação do intérprete de Libras nesse contexto, a escola estaria garantindo um atendimento diferenciado e eficiente ao aluno surdo (BOTELHO, 2006).

As razões que se colocam para o investimento nesta discussão estão relacionadas a fatores lingüísticos, culturais e pedagógicos, os quais precisam ser considerados, bem como a relevância de práticas educacionais adequadas às diferenças concernentes ao grupo surdo.

Para Botelho (2006), reconhecer a diferença é reconhecer possibilidades e limites. É reconhecer algo que pode parecer muito óbvio sem ser. A surdez é uma experiência visual. Assim, os surdos se orientam e apreendem o mundo a partir da visão, construindo suas identidades a partir dessa forma de interagir com as coisas do mundo e com os outros. Isso significa dizer que a organização perceptual das pessoas surdas se dá a partir da visão, e não da audição.

Professores comprometidos com a construção do conhecimento e outras condições possibilitadoras da relação ensino-aprendizagem, talvez não possam garantir a viabilidade dos processos linguísticos e de letramento para sujeitos surdos, quando não há uma língua comum que circula na sala de aula. Uma língua comum a professores, alunos surdos e alunos ouvintes. Não ter uma língua compartilhada caracteriza uma situação de desigualdade no processo comunicativo

e de aprendizagem, já que a construção de conhecimento nesse espaço é atravessada por uma língua desconhecida e inacessível.

Existem ainda muitas incertezas em relação ao trabalho de inclusão de alunos surdos proposto na Escola participante da pesquisa.

Muitas vezes se percebe uma confusão em relação ao ensino de diferentes disciplinas como, por exemplo, ciências exatas, onde a intérprete relata a necessidade de posicionar-se ao lado do professor da disciplina, a fim de mostrar o desenvolvimento de alguns exercícios e explicações. Também a falta eventual de uma intérprete acaba por dificultar o andamento da aula, sendo que nessas situações os alunos contam apenas com cópias do quadro e mímica dos professores, quando os mesmos, não são dispensados da aula.

Além disso, a tradução não acontece de modo simultâneo, podendo demorar mais ou menos em diferentes circunstâncias e conteúdos, já que ela é realizada junto à exposição oral do interlocutor ouvinte. Com isso, pode ocorrer redução do conteúdo, mesmo que o intérprete seja da mais alta competência. Nesse aspecto, o problema não reside nas habilidades de interpretação do profissional, mas nas diferenças linguísticas entre uma língua de modalidade oral-auditiva e outra língua de modalidade visual-gestual.

Isso de alguma forma pode validar o baixo aproveitamento dos alunos e entendimento dos conceitos que são trabalhados, causando desmotivação e pouco interesse nas aulas – aspectos observados durante o desenvolvimento da pesquisa.

As instituições escolares até hoje sempre foram monolíngües e talvez por tal razão adaptar-se a propostas de educação bilíngüe não se coloca de modo fácil; por vezes, parece até mesmo não ser viável. Quem sabe este seja um dos obstáculos a ser enfrentado no processo inclusivo, e certamente não o único.

A legislação pode instituir e propor novas ações, mas elas só parecerão produtivas quando a especificidade linguística dos surdos for compreendida e respeitada, e ações para a criação de uma escola bilíngüe de qualidade forem implementadas (LACERDA, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de alunos surdos na escola regular é um assunto muito complexo. Não se trata de ver, perceber e respeitar a deficiência, mas de encarar a diferença lingüística destes sujeitos e os desdobramentos necessários para sua educação.

A proposta de inclusão que ocorre hoje no município de Gravataí, para alunos do Ensino Médio, tem apresentado alguns equívocos. A falta de profissionais habilitados e de formação de um quadro de educadores que atendam esta clientela são sem dúvida, indícios das dificuldades evidenciadas na proposta pedagógica que a escola assumiu perante a comunidade.

Segundo Eizirik (2000), na inclusão o que está em jogo é a ruptura com o conceito estático de homem, de mundo, de conhecimento; é a necessidade de cruzar experiências, de compartilhar caminhos, de compreender a complexidade através da abertura de canais para o diferente, o que não é meu, nem igual ao meu, mas por isso mesmo, merece respeito.

Para além da quebra de paradigmas e a possibilidade de perceber as múltiplas faces de uma educação inclusiva com respeito ao diferente e às relações que este estabelece com as diversas aprendizagens, requer inquietude e capacidade para abrir-se para o novo.

Com a realização deste estudo pode-se atentar para a evidente falta de interação entre professor e alunos surdos, professor e intérprete, assim como a falta de apropriação pelo corpo docente das especificidades linguísticas e culturais do grupo surdo, e seus processos de aquisição do conhecimento.

Os professores continuam sem saber o que fazer e como proceder com o ensino e a avaliação dos alunos surdos, e acabam por vezes, excluindo-se da responsabilidade pelo processo de aprendizagem dos mesmos. Por sua vez, os alunos passam a eximirem-se da responsabilidade de estudar e buscar conhecimentos em função da dificuldade que teriam em acompanhar o ritmo das aulas sem o auxílio de profissionais capacitados.

Dentro da perspectiva política/inclusiva para o surdo usuário da língua de sinais, a presença de intérprete em sala de aula não parece atender suas

necessidades educacionais e tão pouco amplia a possibilidade de integração com colegas ouvintes.

Por fim, cabe pontuar a carência de uma proposta de educação inclusiva para os alunos surdos que de forma eficiente olhe para as especificidades culturais dos sujeitos surdos. A inclusão deste grupo minoritário precisa ir para além das barreiras da deficiência/diferença, que não tem sido contempladas somente com a presença de intérprete em sala de aula.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto 5626 de 22 de dezembro de 2005

_____ Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000

COSTA, Marisa Vorraber, SILVEIRA, Rosa Hessel, SOMMER, Luis Henrique. **Estudos Culturais, Educação E Pedagogia**. Revista Brasileira de Educação. Nº23. Rio de Janeiro, 2003

DIZEU, Liliane Correia Toscano De Brito; CAPORALI, Sueli Aparecida. **A Língua de Sinais Constituinte o Surdo como Sujeito**.

Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

EIZIRIK, Marisa Faermann, **Porque a diferença incomoda tanto?** Texto em artigo. P. 2- 10. Porto Alegre, 2000.

FERREIRA, G. E. **O perfil pedagógico do intérprete de língua de sinais no contexto educacional**. Dissertação De Mestrado. Unipac, Bom Despacho/Mg, 2002

LACERDA, Cristina B. F.; POLETTI, Juliana E. **A Escola Inclusiva para Surdos: A Situação Singular do Intérprete de Língua De Sinais**. UNIMEP. GT: Educação Especial /n.15 Agência Financiadora:. FAPESP, 2006

Lei nº10 436, de 24 de abril de 2002. Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Brasília, 2002.

LOPES, Maura Corcini, NETO, Alfredo Veiga. **Marcadores culturais surdos: quando eles se constituem no espaço escolar**. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 24, n. Especial, jul./dez. 2006

O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais E Língua Portuguesa. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília, 2004

QUADROS, Ronice Muller. **Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: inclusão/exclusão**. Ponto de Vista, nº5. Florianópolis, 2003

SANDER, Marieuza Endrissi; MORI, Nerli Nonato Ribeiro **A Mediação Pedagógica e a Formação de Conceitos em Alunos Surdos**. Universidade Estadual de Maringá, Seminário de Pesquisa, 2008